



Câmara Municipal de Teófilo Otoni

Praça Tiradentes, 170 Centro CEP: 39800-001 Fone: (033) 3536 4000
Site: www.teofilootoni.mg.leg.br /E-mail: teofilootoni@teofilootoni.mg.leg.br

PARECER JURÍDICO

Projeto de Lei Nº 066/2021

I – DO HISTÓRICO

Trata-se o expediente de Parecer Jurídico acerca do Projeto de Lei nº 066/2021, de autoria do Vereador Sérgio Marcos Franca Cardoso, que *Declara como essenciais as atividades prestadas pelos profissionais cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador.*

Estudada a matéria, passa-se ao parecer:

II – DO PARECER

Passando para análise criteriosa acerca do Regimento Interno, tem-se no art. 139, I, do mesmo diploma legal, o Projeto de Lei como matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal.

No contexto, importa mencionar que é dada iniciativa ao Vereador no que tange a autoria do Projeto de Lei, como expresso no art. 147, II, do mesmo dispositivo supra.

Ocorre que eivado de inconstitucionalidade, vejamos:

Ab initio, importante pontuar que trata-se de um projeto autorizativo, que exprime flagrante inconstitucionalidade, pois os projetos de lei autorizativos de iniciativa parlamentar são injurídicos, na medida em que não veiculam norma a ser cumprida por outrem, mas mera faculdade (não solicitada por quem de direito) que pode ou não ser exercida por quem a recebe.

Nesse sentido, REALE esclarece o sentido de lei:

Lei, no sentido técnico desta palavra, só existe quando a norma escrita é constitutiva de direito, ou, esclarecendo melhor, quando ela introduz algo de novo com caráter obrigatório no sistema jurídico em vigor, disciplinando comportamentos individuais ou atividades públicas. (...) Nesse quadro, somente a



Câmara Municipal de Teófilo Otoni

Praça Tiradentes, 170 Centro CEP: 39800-001 Fone: (033) 3536 4000

Site: www.teofilootoni.mg.leg.br /E-mail: teofilootoni@teofilootoni.mg.leg.br

lei, em seu sentido próprio, é capaz de inovar no Direito já existente, isto é, de conferir, de maneira originária, pelo simples fato de sua publicação e vigência, direitos e deveres a que todos devemos respeito.¹

O projeto autorizativo nada acrescenta ao ordenamento jurídico, pois não possui caráter obrigatório para aquele a quem é dirigido. Apenas autoriza o Poder Executivo a fazer aquilo que já lhe compete fazer, mas não atribui dever ao Poder Executivo de usar a autorização, nem atribui direito ao Poder Legislativo de cobrar tal uso.

No mérito, flagrante inconstitucionalidade quando à sua iniciativa. Vejamos.

Com o avanço da pandemia da covid-19 e a necessidade de ações de apoio à população mais carente do estado, o Governo de Minas determinou o retorno do programa Leite Novo, de aquisição e doação de leite nos 134 municípios dos vales do Jequitinhonha e Mucuri. O projeto-piloto, coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), começa em dez cidades e será ampliado gradualmente. Frisa-se, o Programa é de autoria do Governo Executivo Estadual.

Já a proposição em debate, faz determinações que cabem somente ao executivo municipal quanto à organização e estruturação do programa do Governo Estadual, pois será necessária toda uma gestão das Secretarias correspondentes, além do IDENE, para recepção de tal programa, não sendo de iniciativa do poder legislativo municipal tal competência com intuito de regulamentar tal Programa.

III - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito



Câmara Municipal de Teófilo Otoni

Praça Tiradentes, 170 Centro CEP: 39800-001 Fone: (033) 3536 4000

Site: www.teofilootoni.mg.leg.br /E-mail: teofilootoni@teofilootoni.mg.leg.br

Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.

Portanto, **OPINO PELA ILEGALIDADE DO REFERIDO PROJETO DE LEI.**

Que o Projeto de Lei seja encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para apreciação.

É o parecer.

Teófilo Otoni/MG, 17 de maio de 2021


Marco Junio Soares e Silva

Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Teófilo Otoni